

## CONHECIMENTO DAS GESTANTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE SOBRE O ALEITAMENTO MATERNO

Ana Carolina Cristovão Silva<sup>1</sup>; Francisca Márcia Pereira Linhares<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Enfermagem- CCS – UFPE; E-mail: anacarollinna28@hotmail.com,

<sup>2</sup>Docente/pesquisador do Depto de Enfermagem – CCS – UFPE. E-mail: marciapl27@gmail.com

**Sumário:** As gestantes, incluindo as que se encontram em situação de cárcere, precisam conhecer as técnicas adequadas de aleitamento materno, para que ele ocorra de forma satisfatória. Este estudo é um recorte do projeto mestre intitulado: “Promoção da saúde em mulheres em privação de liberdade à luz da teoria do autocuidado” É um estudo descritivo, exploratório, transversal, quantitativo que objetivou avaliar o conhecimento das gestantes em privação de liberdade sobre o aleitamento materno. A amostra foi constituída de 20 gestantes que se encontravam em regime fechado na Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR). A técnica da coleta foi a entrevista, conduzida por um instrumento semiestruturado, validado e respeitando os preceitos da Resolução 196/96. Os dados foram armazenados e processados utilizando o software estatístico IBM SPSS versão 20.0, apresentando os seguintes resultados: 100% acreditam que o leite materno possui nutrientes, em quantidade e qualidade para o desenvolvimento e crescimento da criança, e aumenta o vínculo mãe-filho; 95% que reduz a morbidade; 65% acreditam ser um cuidado adequado colocar o bebê na posição lateral no berço; 100% que a mãe deve estar calma e relaxada para amamentar seu filho; 95% que não se deve lavar com esponja e sabão; 95% considerou um cuidado adequado a boca do bebê está virada para fora, estilo “boca de peixe”; 75% responderam que caso haja lesão no mamilo, deve ser colocado o próprio leite; 70% acreditam que a criança deve ser amamentada sempre que quiser. Assim, o conhecimento das gestantes em privação de liberdade sobre o aleitamento materno se mostrou adequado, entretanto, é importante que boas práticas para amamentação sejam estimuladas, para que esse processo ocorra de forma satisfatória.

**Palavras-chave:** aleitamento materno; gestantes; privação de liberdade; conhecimento

### INTRODUÇÃO

A população carcerária feminina cresceu de forma significativa. Entre os anos de 2005 a 2012, aumentou 146%, enquanto que a masculina foi de 70% (BRASIL,2015). Sendo o sistema prisional idealizado para homens, é necessário que haja adequação para o universo feminino, principalmente no que diz respeito às gestantes que se encontram sob regime de reclusão, pois é um direito da nutriz a amamentação e a permanência com seus filhos dentro do cárcere (BRASIL,2009). A gravidez é um momento de autocrítica da mulher, que passará a desempenhar outros papéis que trarão inúmeras responsabilidades, sendo então importante que a gestante viva esse momento da forma mais tranquila possível, mesmo em situação de reclusão (PICCININI et.al.,2008). O aleitamento materno possui vantagens que vão além do biológico, ele traz benefícios emocionais e epidemiológicos, aumentando o vínculo da mãe com seu filho, sendo assim de extrema importância que as gestantes tenham o conhecimento adequado acerca do aleitamento materno, pois essa falta de conhecimento está diretamente relacionada com a sua descontinuidade. ). O aleitamento se constitui no ato mais natural de estabelecimento e fortalecimento do vínculo do binômio mãe-filho, assim como de afeto e proteção, sendo uma ferramenta bastante útil para a redução da morbimortalidade infantil (MOIMAZ et.al.,2013), por isso a importância da sua

promoção também dentro do cenário da privação de liberdade que essas gestantes estão inseridas. Desta forma, se faz necessário investigar o conhecimento das gestantes em privação de liberdade sobre o aleitamento materno, uma vez que ele servirá de norte para que sejam traçadas estratégias junto à Equipe de Enfermagem que visem as necessidades específicas dessas mulheres.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A amostra foi composta de 20 mulheres que se encontravam em regime fechado reclusas na Colônia Penal Feminina do Recife-PE. Foram excluídas as mulheres que não tiveram autorização do presídio para participar da pesquisa ou que representavam algum tipo de risco para os entrevistadores. A técnica de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, onde foram coletados dados de identificação relacionados ao perfil sociodemográfico, contexto da reclusão e experiências com aleitamento materno. As informações obtidas nas entrevistas foram categorizadas, digitadas, armazenadas em banco de dados, processadas e analisadas pelo programa IBM SPSS versão 20.0. O projeto mestre foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, sob o nº 15834613.8.0000.5208. A instituição concedeu a autorização para a realização do estudo por meio de uma Carta de Anuência. Os sujeitos do estudo foram informados, dos objetivos da pesquisa, ressaltando que eles poderiam a qualquer momento, desistir da participação sem que isto resultasse em qualquer tipo de ônus e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

## RESULTADOS

60% das gestantes tinham mais de 21 anos de idade; 55% moravam com o companheiro; 80% tinham de 1 a 3 filhos; 50% tinham o ensino fundamental incompleto; 40% possuíam renda de até 1 salário mínimo; 70% tiveram como motivo da detenção o tráfico de drogas; 55% acham que a mãe a criança são beneficiadas com a amamentação; 100% que o leite materno possui todos os nutrientes necessários para a criança, reduz alergias e aumenta o vínculo mãe e filho; 100% responderam que reduz a morbidade infantil; 95% que reduz a mortalidade infantil; 100% que a mãe deve estar calma e relaxada para amamentar; 95% que o lábio do bebê deve estar para fora (tipo "boca de peixe"); 95% que o bebê deve ser amamentado quando quiser; 20% fariam massagem, compressa quente e ordenha caso as mamas estivessem endurecidas.

## DISCUSSÃO

Baixa renda, bem como pouca escolaridade são características comuns às mulheres detentas nos demais estados brasileiros ( GALVÃO; DAVIM, 2013). Além disso, muitas não possuem apoio da família para que estas cuidem dos seus filhos enquanto ela vai estudar, onde por muitas das vezes os laços familiares nem existem (CARVALHO et.al, 2006). É importante perceber como o tráfico é o motivo de detenção predominante (70% das reclusas), onde muitas vezes ele é praticado para complementar a renda familiar ou até mesmo essa renda é a única da família, pois nessas mulheres há um alto índice de desemprego (PÍCOLI et.al, 2014).

As gestantes participantes dessa pesquisa demonstram conhecer os benefícios que o aleitamento materno traz tanto para a criança, como para a mulher, o pai, a família e meio

ambiente. Sendo a família uma parte importante no processo de amamentar, uma vez que muitas vezes o cuidado com o recém-nascido é designado às avós, sogras, irmãs e cunhadas, assim é indispensável que ela esteja integrada e auxilie da melhor forma nos cuidados prestados e na amamentação (VOLPATO et.al.,2009).

O conhecimento sobre os benefícios do aleitamento materno desta pesquisa converge com os relatados pelas gestantes participantes de um estudo nas Unidades de Saúde da Família localizadas na cidade de Santo Antônio de Jesus, do Estado da Bahia. Quando questionadas sobre este benefício, 68% acreditam reduzir a incidência de câncer de mama, 36% que auxilia na perda de peso, resultados que são semelhantes aos encontrados com as gestantes em cárcere. Ainda no mesmo estudo, 72% das mulheres moravam com seus companheiros, resultado bastante significativo uma vez que a figura masculina se constitui num suporte emocional à essa mulher, onde ela se sente mais segura emocionalmente para amamentar (SANTANA et.al,2013). Esta característica também é semelhante à encontrada na presente pesquisa, onde 55% afirmam morar com o companheiro.

O aleitamento materno também se consiste como um estratégia de economia familiar, uma vez que diminui a obtenção de leites artificiais e o gasto com internações hospitalares, já que reduz a morbidade infantil, sendo assim não só uma vantagem econômica não só família, mas para o sistema de saúde (FREITAS et.al.,2008). Sobre essa vantagem, das gestantes pesquisadas, 80% responderam que o aleitamento materno se constitui numa estratégia de redução de gastos familiares, estando de acordo com o que é visto na literatura.

Em um estudo realizado na Unidade de Saúde de Araçatuba, em São Paulo, 10 das 27 gestantes entrevistadas referiram algumas dificuldades ao amamentar, como ingurgitamento e fissuras mamilares, estando essas intercorrências intimamente ligadas ao desmame precoce. Por isso se faz necessário a adoção de medidas preventivas à essa situação, tendo então o enfermeiro um papel crucial, pois cabe a ele instruir sobre o manejo adequado diante dessas situações, onde a educação em saúde é uma premissa desta profissão. Mesmo as gestantes da Colônia Penal Feminina do Recife demonstrando conhecer de forma satisfatória algumas técnicas, é importante que sempre haja o reforço por meio de ações educativas que visem promover boas práticas de aleitamento materno.

## CONCLUSÕES

O estudo mostrou que as gestantes participantes demonstraram um conhecimento adequado sobre o aleitamento materno bem como o manejo de suas técnicas. Os resultados obtidos foram semelhantes aos obtidos com gestantes pesquisadas de outros estados bem como com de outro cenário que não fosse o cárcere. A realidade que estas mulheres estão inseridas pode, para muitos, parecer um ambiente hostil para a promoção de saúde, entretanto não podemos esquecer que essas mulheres fazem parte da sociedade, e não se pode deixar que a saúde dessas gestantes e seus bebês padeçam em decorrência dos crimes que elas cometeram. Mesmo com todos os resultados positivos acerca dos cuidados necessários para uma amamentação adequada, é importante que haja o reforço dessas boas práticas, através da educação em saúde, que deve ser promovida pelos profissionais dessa área nesse ambiente.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao PIBIC/CNPq/UFPE, a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Francisca Márcia Pereira Linhares, pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional, e à minha família pelo apoio incondicional.

## REFERÊNCIAS

GALVÃO, M.C.B.; DAVIM, R.M.B. Ausência de assistência à gestante em situação de cárcere privado. **Cogitare Enferm.** Rio Grande do Norte, vol. 18, p. 452-459, 2013.

CARVALHO, M.L.; VALENTE, J.G.; ASSIS, S.G.; VASCONCELOS, A.G.G. Perfil dos internos do sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. **Ciência e Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, vol. 11, nº 2, p. 461-471, 2006.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Mapa do Encarceramento. Os jovens do Brasil. Brasília, 2015. Disponível em <[http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento\\_WEB.pdf](http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf)> Acesso em: 15/08/2015.

BRASIL. Lei Nº 11.942, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11942.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11942.htm)>. Data de acesso: 10/03/2014

MOIMAZ, S.A.S.; SALIBA, O.; BORGES, H.C.; ROCHA, N.B.; SALIBA, N.A. Desmame precoce: falta de conhecimento ou de acompanhamento?. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr**, João Pessoa, vol. 13, p. 53-59, 2013.

VOLPATO, S.E.; BRAUN, A.; PEROGIM, R.M.; FERREIRA, D.C.; BEDUSCHI, C.S.; SOUZ A, K.M. Avaliação do conhecimento da mãe em relação ao aleitamento materno durante o pré natal em gestantes atendidas no Ambulatório Materno Infantil em Tubarão, SC. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Santa Catarina, vol. 38, nº 1, p. 49-55, 2009.

PICCININI, C.A.; GOMES, A.G.; NARDI, T.; LOPES, R.S. Gestação e constituição da maternidade. **Psicologia em estudo.** Maringá, vol. 13, nº 1, p. 63-72, 2008.

SANTANA, J., M.; BRITO, S. M.; SANTOS, D. B. Amamentação: Conhecimento e prática de gestantes. **O mundo da saúde.** São Paulo, vol. 37, nº 3, p. 259-267, 2013.

FREITAS, G.L.; JOVENTINO, E.S.; AQUINO, P.S.; PINHEIRO, A.K.B.; XIMENES, L.B. Avaliação do conhecimento das gestantes acerca da amamentação. **reme-Revista Mineira de Enfermagem.** Minas Gerais, vol. 12, nº 4, p. 461-468, 2008.